



ParlAmericas

Ano III Número 4 Versão em português



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

A situação econômica foi objeto de discussão durante o Congresso do Grupo de Mulheres parlamentares

Unidos diante da crise

“Cada crise esconde uma oportunidade” disse o presidente do FIPA, o deputado brasileiro Luiz Carlos Hauy, durante a abertura do Congresso Rumo a um programa legislativo para o desenvolvimento sob uma perspectiva de equidade de gênero. Suas palavras deram o tom do encontro que, por iniciativa da senadora colombiana e presidente do grupo de mulheres parlamentares do FIPA Cecilia López, reuniu cerca de quarenta parlamentares de quinze países da América nos dias 20 e 21 novembro passado na Colômbia.

Tratava-se com efeito do primeiro encontro parlamentar hemisférico de importância depois do colapso dos mercados financeiros em outubro passado. Conscientes da importância de seus papéis, os legisladores e legisladoras da Bolívia, do Brasil, do Canadá, e da Colômbia, da Costa Rica, de Cuba, República Dominicana, Granada, Guatemala, Haiti, Jamaica, México, e do Peru reunidos em Bogotá dedicaram um dia inteiro ao tratamento de questões de ordem econômica mantendo o espírito de que as “mulheres são as primeiras a serem atingidas pela crise atual”.

Assim, os representantes de

cada região apresentaram suas respectivas constatações sobre a atual crise, inspirando os delegados presentes a se engajar e trabalhar de forma criativa para realizar uma cirurgia profunda na atual ordem mundial.

A deputada Martha Angélica

políticas sociais e governamentais. Acompanhados de especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, os parlamentares tiveram debates entusiasmados durante os quais os membros das delegações da Bolívia, Guatemala e do Peru

Foto: FIPA



Obra do artista Enrique Grau na cúpula do capitólio do Congresso da Colômbia.

Tagle aproveitou para apresentar em nome da delegação mexicana o esforço de revisão orçamentária 2008-2009, um exemplo no que se refere a aplicação de uma perspectiva de igualdade entre os sexos de forma transversal na formulação do orçamento.

O início do segundo dia de trabalho foi consagrado a igualdade entre os sexos nas

chamaram a atenção de seus colegas sobre a situação dos povos autóctones e das mulheres índias em particular, muitas vezes vítimas de dupla discriminação em razão do sexo e da etnia. Num documento apresentado por escrito, a congressista Hilaria Supa Huamán convocou, particularmente, a por em prática regras legais mais rígidas para a proteção da biodiversidade e contra as

mudanças climáticas, denunciando as consequências nefastas dos danos ambientais sobre o direito dos povos autóctones, sua cultura e seu modo de vida.

O trabalho da manhã foi concluído com o painel composto por representantes do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (Internacional IDEA) da OEA e do Programa das Nações unidas para o desenvolvimento que trata sobre a igualdade entre homens e mulheres e as reformas político-eleitorais. Entre outras questões, também se abordou a necessidade de trabalhar com a mídia para veicular uma imagem mais justa da participação política das mulheres.

Neste número:

Os desafios da Rodada de Doha	2
O Parlamento de Granada	3
Alimentos para todos	4
Reunião do Comitê Executivo em Miami	4
Até 2009!	4
Sobre o FIPA	4



Rodada de Doha: um desafio para os parlamentares

“Nossa expectativa foi amplamente superada” concluiu visivelmente satisfeita a deputada Mayi Antillón, presidenta da Comissão de Relações Internacionais da Assembléia Legislativa da Costa Rica no encerramento do seminário OMC: Rodada de Doha e desafios em matéria de desenvolvimento.

Realizado entre 6 e 8 de novembro último, o curso preparatório de três dias em comércio internacional reuniu cerca de 30 participantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, El Salvador, México, Paraguai, Peru e República Dominicana.

O curso organizado pelo FIPA e Organização Mundial do Comércio (OMC) com o apoio financeiro do Ministério de Relações Exteriores e do Comércio Internacional do Canadá, se registrou no contexto do programa de profissionalização lançado pelo FIPA em 2007 com o objetivo de aprofundar o conhecimento dos legisladores em relação aos negócios ligados ao comércio internacional, mas também de facilitar a troca de experiências entre os países membros da organização interparlamentar.

Animados pelos especialistas do Secretariado da OMC e de experts costarriquenses e internacionais, a exemplo, do ex-presidente do Banco Central da Costa Rica, Eduardo Lizano, as sessões de trabalho trataram sobre questões de base, entre elas o funcionamento da OMC e o programa de Doha para o desenvolvimento e sobre

temas mais específicos como o comércio agrícola ou de serviços e a regulamentação dos conflitos.

O seminário também abriu importante espaço para as questões de desenvolvimento a exemplo da igualdade dos sexos, a luta contra a pobreza e a crise alimentar – provocando discussões onde transpareceu a inquietude dos parlamentares conscientes de suas responsabilidades para os

expressar francamente suas opiniões, os participantes e as participantes oriundos de países com nível de desenvolvimento econômico diferentes e ideologia diversas, apesar das divergências, se uniram quanto a necessidade dos parlamentares participarem ativamente do debate.

“Aprofundar nossos conhecimentos em relação ao comércio internacional é essencial” julgou o deputado boliviano Ricardo Aillón

Manuel Menjivar, do partido que está no poder, afirmou de sua parte que “hoje a única escolha que se oferece aos parlamentares é de ratificar ou não, um acordo. Um sim, ou não, não são suficientes. É preciso haver um debate e, como parlamentares, devemos solicitar aos nossos governos que sejamos implicados”.

Um apelo a um maior envolvimento do Parlamento entendido pelos representantes do

Fotos: Departamento de Relaciones Públicas, Prensa y Protocolo/Asamblea Legislativa de Costa Rica



Legisladores de onze países da América participaram do *workshop* organizado pelo FIPA, a OMC e Assembléia da Costa Rica.

cidadãos face a iminência da crise. “É difícil convencer a população dos benefícios do livre comércio quando as terras agriculturáveis são utilizadas para a produção de biocarburantes”, declarou a congressista peruana Marisol Espinoza, lembrando que as questões ambientais também ocupam o centro do debate.

Aproveitando a mesa redonda que encerrava cada jornada de trabalho para

Álvarez, sem esconder as reservas de seu partido e de seu governo diante da liberalização do mercado enquanto seu colega, o senador da oposição, René Zamora exprimia o desejo de que a experiência fosse repetida na Bolívia para que maior número de legisladores possam se beneficiar deste tipo de formação.

O deputado salvadoreño

Secretariado da OMC, que estão engajados a continuar a trabalhar em concertação com as instituições legislativas, tanto que os participantes deixaram a terra hospitaleira da Costa Rica dispostos a fazer frente aos grandes desafios que virão em seus respectivos países, revigorados com novos conhecimentos e relacionamentos.



O Parlamento de Granada

Foto: Parliament of Grenada

O Parlamento de Granada surgiu em 1974, quando Granada se tornou um país independente. O Parlamento consiste da rainha, representada pelo governador-geral, do Senado e da Câmara dos Deputados. O governador-geral convoca o Parlamento, encerra sua sessão e concorda formalmente com cada projeto de lei antes de sua aprovação. Na prática, ele exerce todos esses poderes sob o aconselhamento do primeiro-ministro e do Conselho de Ministros.

O Senado consiste de treze (13) membros não-eleitos. Todos os senadores são indicados pelo governador-geral sob o aconselhamento do primeiro-ministro e do líder da oposição. Os senadores provêm de diferentes fontes: sete são indicados sob o aconselhamento do primeiro-ministro, três são indicados sob o aconselhamento do líder da oposição e três são indicados sob o aconselhamento do primeiro-ministro após consulta às organizações ou interesses que ele considera que os senadores devem representar.

O Senado age como uma Câmara de revisão, com a responsabilidade de dar uma segunda opinião em relação a propostas legislativas e de outro tipo feitas pela Câmara dos Deputados. Ele garante a apreciação adequada de toda a legislação, assegura a análise apropriada das medidas financeiras e propõe legislações não-financeiras. Além disso, o Senado investiga e confere a administração de leis para se manter informado, para insistir na prestação de contas ministerial pela



O Parlamento de Granada, antes de ser parcialmente destruído pelo furacão Ivan, em 2004. A reconstrução continua.

administração do governo e para garantir uma análise adequada do governo. Finalmente, o Senado possibilita a expressão adequada do debate sobre políticas e programas do governo.

A Câmara dos Deputados tem 15 membros, eleitos para um mandato de cinco anos, havendo uma vaga para cada eleitorado. Para qualquer questão procedimental que não esteja estabelecida por suas próprias regras e práticas, seguem-se as regras e práticas da Câmara dos Deputados britânica. Os membros da Câmara dos Deputados são eleitos diretamente pelo povo e exercem a parte predominante no sistema parlamentar.

O Parlamento elabora as leis, atividade na qual a Câmara dos Deputados é predominante. Qualquer membro pode apresentar projetos de lei, exceto os projetos que envolverem gastos ou impostos, que

apenas podem ser apresentados pelo governo. A maior parte do tempo da Câmara é gasta com projetos de lei do governo. O Senado tem o direito constitucional de rejeitar qualquer projeto de lei, e os rejeita enquanto não os considera adequados. Ele também pode fazer emendas a qualquer projeto de lei, embora não possa apresentar ou aumentar a quantidade de nenhum projeto que lide com impostos ou gastos. Todo projeto de lei deve passar por ambas as casas e receber o assentimento real

antes de se tornar lei.

Por lei, deve haver uma eleição geral ao menos uma vez a cada cinco anos. Porém, o Parlamento pode ser dissolvido e uma eleição convocada antes do término do período estatutário. E isso é o que normalmente acontece. O poder de dissolver o Parlamento é uma prerrogativa real exercida pelo governador-geral, geralmente sob o aconselhamento do primeiro-ministro.

Câmara dos Deputados (2008-2013)

- ◆ 15 deputados
- ◆ 2 mulheres
- ◆ 13 homens
- ◆ Principais partidos:
 - Congresso Nacional Democrático 73,3 %
 - Novo Partido Nacional 26,7 %

Senado (2008-2013)

- ◆ 13 senadores
- ◆ 4 mulheres
- ◆ 9 homens
- Principais partidos:
 - Congresso Nacional Democrático 54 %
 - Novo Partido Nacional 23%
 - Representantes do setor de Trabalho, Agricultura e Negócios 23%



Alimentos para todos

No âmbito do I Fórum Parlamentar sobre Direito à Alimentação, legisladores do continente reuniram-se em Santo Domingo, República Dominicana, para debater questões relativas à segurança alimentar.

Entre 25 e 26 de setembro deste ano, houve troca de experiências sobre leis referentes a esse tema nos diversos países, tais como as já existentes no Equador, Panamá e Guatemala, e os projetos de lei sobre segurança alimentar na Argentina e República Dominicana. Os painéis e debates incluíram também, entre outros temas, o de alimentação e preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

A representante do Fipa, vice-presidente da organização na região centro-americana, deputada María Estela de La Cruz, defendeu que as organizações parlamentares como o Fipa também podem contribuir com a promoção da segurança alimentar através da cooperação regional. Neste contexto, foi citada a possibilidade de utilizar meios eletrônicos e digitais que, a exemplo do



Foto: ©FAO/Ivo Balderi

Nem todas as pessoas têm acesso a alimentação básica.

blog do Fipa, permitem a troca de idéias, de melhores práticas, pontos de vista e estratégias comuns para a implementação da legislação. Um intercâmbio similar – explicou – poderia ser realizado em favor da legislação que visa erradicar a fome e a pobreza, e concretizar a segurança alimentar e nutricional nos diferentes países.

A Declaração de Santo Domingo, criada no final do Fórum, instituiu a Frente Parlamentar contra a Fome e a Soberania Alimentar dos Estados que fazem parte do Sistema de Integração Centro-Americana, que terá a responsabilidade de reunir esforços a favor do desenvolvimento agropecuário e garantir a segurança alimentar e de nutrição dos povos da região.

O Comitê Executivo se reúne em Miami

Integrantes do Comitê Executivo do FIPA, se reunirão em Miami, dia 18 de dezembro. Durante a reunião serão analisados,

entre outros, temas relacionados com a V Cúpula das Américas e com a VI Assembléia Plenária do FIPA.

Sobre o FIPA

O Fórum Interparlamentar das Américas é uma rede independente composta dos órgãos legislativos nacionais dos países membros da Organização dos Estados Americanos, que visa promover a participação parlamentar no sistema interamericano.

Até 2009!!

O Fipa lhe deseja muitas felicidades em suas festas de fim de ano.

Que 2009 seja um ano pleno de conquistas e satisfações, e que traga paz, saúde e prosperidade.

Lembramos que os escritórios do Fipa permanecerão fechados entre 22 de Dezembro e 3 de Janeiro.

Muitas felicidades!

COMITÊ EXECUTIVO DO FIPA

Presidente

- Deputado Luiz Carlos Hauly, Brasil

América do Norte

- Senador Ricardo García Cervantes, México
- Deputado James Bezan, Canadá

América Central

- Guatemala, vacante
- Deputada María Estela de la Cruz, República Dominicana

Caraíbas

- Senadora Ann Peters, Granada
- Deputado Stanford Callender, Trinidad e Tobago

América do Sul

- Deputado Iván Moreira Barros, Chile
- Senadora Nancy Patricia Gutiérrez, Colômbia

Ex-presidenta do FIPA

- Senadora Céline Hervieux-Payette, Canadá

Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

- Senadora Cecilia López Montaña, Colômbia

País anfitrião da Assembléia Plenária

- A confirmar

FIPA
500-165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canada
Telephone: 1 613 594-5222
Fax: 1 613 594-4766
info@e-fipa.org
www.e-fipa.org

FIPA é um colaborador do:



Centro Parlamentar
www.parlcent.ca

